

DIA 22 DE MARÇO - DIA MUNDIAL DA ÁGUA

TRABALHADORES(AS) DA CAEMA PRESENTES MAIS UMA VEZ NA LUTA PELA CAEMA PÚBLICA



Trabalhadores e trabalhadoras da CAEMA comemoraram o Dia Mundial da Água (22 de março), com mobilização e luta. Durante todo dia, a categoria esteve presente na Assembleia Legislativa do Maranhão, atendendo a um chamado do STIU-MA. A programação se dividiu em Assembleia Geral de Trabalhadores pela manhã e Audiência Pública, com tema “A Defesa da Água Como Direito Humano e não mercadoria”, pela tarde.

O Dia Mundial da Água foi criado pela ONU na década de 90, visando a ampliação da discussão sobre a preservação e a gestão da água, como elemento vital e direito fundamental de todos os seres vivos. A Audiência Pública que marcou a data foi solicitada pelo STIU-MA e requerida pelo deputado estadual Zé Inácio.

Durante toda a tarde do dia 22, mesa e plenário debateram a política de saneamento básico, principalmente no Maranhão, a necessidade de defesa da água como um bem inviolável de todos os seres humanos e não como mercadoria e o perigo da adesão do Maranhão ao Programa de Concessão do Saneamento do BNDES, condenando qualquer forma de privatização da Caema e da gestão do saneamento no Maranhão.

A mesa de abertura da audiência foi composta pelo deputado estadual Rafael Leitoa (Comissão de Meio Ambiente da ALEMA), que abriu os trabalhos da tarde; pelo deputado estadual Zé Inácio, que conduziu os trabalhos e mais: Guilherme Zagallo, assessor jurídico do Sindicato dos Urbanitários do Maranhão; o presidente da CAEMA, Davi Telles; o deputado estadual Bira do Pindaré; o secretário de administração e finanças do STIU-MA e representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Caema, José do Carmo Vieira; o secretário geral da CUT-MA, Nivaldo Araújo e o assessor para saneamento da FNU Edson Aparecido.

O representante do Sindicato, Zé do Carmo, falou da importância da CAEMA para o povo do Maranhão e da sua viabilidade técnica e financeira, mas lembrou da necessidade

de ajustes na política de gestão da empresa. Por sua vez, Guilherme Zagallo apresentou as linhas gerais do Programa de Concessões de Saneamento do BNDES, aderido pelo Maranhão e mais 17 estados, afirmando que existem várias ilegalidades no processo e que, por isso, a Federação Nacional dos Urbanitários e Sindicatos irão partir para uma ação jurídica conjunta contra as medidas do Governo Temer, que tem como foco a privatização do saneamento, via programa do BNDES.

Davi Telles reiterou que o Governo do Estado não privatizará a CAEMA, afirmando que esse era também um recado do Governador Flávio Dino a todos os presentes. O presidente da Caema também falou dos investimentos previstos para a Companhia, lamentando que os recursos para o saneamento no Brasil são escassos e defendeu que a melhoria do orçamento para o saneamento deveria ser o foco do debate. Apesar de concordar que o saneamento deveria ter maior orçamento, os dirigentes sindicais discordam que esse deve ser o único foco do debate e da luta em defesa da Caema e do saneamento público. É preciso discutir a gestão com transparência e participação dos trabalhadores e da sociedade, discutindo como os recursos são gastos e buscando solução para problemas crônicos da empresa que não estão sendo devidamente enfrentados pela atual diretoria da Caema, como também não foram pelas anteriores.

Edson Aparecido, assessor da nossa Federação, lembrou que a Organização das Nações Unidas (ONU) baixou uma Resolução, em 2010, que tornou o saneamento um direito fundamental, portanto não pode ser tratado como mercadoria. Também citou que a universalização da água é incompatível com a ganância por lucro da iniciativa privada. "O problema é que o modelo de desenvolvimento capitalista coloca o lucro acima dos direitos fundamentais", explicou o especialista, que enfatizou ainda que as medidas do Governo Temer estão na contramão do que acontece no mundo. "Hoje, o que se observa é o processo de remunicipalização dos serviços de saneamento em mais de 150 cidades onde esse serviço foi privatizado", disse. Segundo ele, onde foi privatizado não deu certo, porque os serviços continuaram ruins e as tarifas aumentaram, penalizando ainda mais os consumidores. Fato que o STIU-MA abordou e comprovou em informativo distribuído durante a audiência, mostrando que os preços praticados pela Odebrecht Ambiental são superiores aos da Caema, no Maranhão.

Além dos destaques da mesa, ressaltamos a importante participação dos trabalhadores da Caema durante a audiência, com contribuições muito significativas ao debate, abordando diferentes aspectos da realidade da empresa.

Ao fim da audiência, foi unânime a conclusão de que é preciso defender a CAEMA pública, pois ela é viável e pode ser melhor do ponto de vista técnico, financeiro e da prestação de serviços. Para isso, é preciso discutir um Plano de Reestruturação, melhorando assim a gestão com transparência, democracia e participação efetiva dos trabalhadores, trabalhadoras e sociedade.

ENCAMINHAMENTOS

Algumas propostas de encaminhamento foram feitas e acatadas pela Mesa ao longo da Audiência Pública. Destacamos:

- **Propor elaboração de um Plano Estratégico Participativo de Reestruturação da CAEMA;**
- Lutar pela ampliação do orçamento para o saneamento;
- **Ampliar o debate sobre a gestão e a luta contra a privatização da CAEMA;**
- Cobrar a implantação dos Comitês de Bacias;
- **Elaborar uma indicação (do deputado Zé Inácio ao governador Flávio Dino) pedindo a obstrução dos estudos de avaliação da CAEMA por parte do BNDES.**